





Projeto de Lei Nº

/ 2018

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE FORNECIMENTO DE CANUDOS CONFECCIONADOS EM MATERIAL PLÁSTICO, NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS.

## A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA:

Art. 1º Fica proibido em âmbito estadual o fornecimento de canudos de material plástico aos clientes de hotéis, restaurantes, bares, padarias, conveniências, clubes noturnos, salões de dança e eventos musicais de qualquer espécie, entre outros estabelecimentos.

- Art. 2º Os canudos de plástico poderão ser substituídos por canudos de papel reciclável, material comestível, ou biodegradável.
- Art. 3º O descumprimento às disposições desta lei acarretará as seguintes penalidades:
  - em advertência com notificação dos responsáveis para a regularização no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias;
  - em caso de descumprimento ou da não regularização dentro do prazo estipulado no inciso I deste artigo, será aplicada ao infrator multa no valor correspondente a 100 UPFAL, sempre juízo de aplicação das sanções de natureza civil, penal ou outras definidas em legislação específica;

- em caso de reincidência, a multa prevista no inciso II deste artigo terá seu valor dobrado;
- em caso de descumprimento, mesmo após a imposição de multa em dobro, serão suspensas as licenças estaduais de funcionamento, por até 30 (trinta) dias, e após o decurso deste prazo, sem a regularização, serão devidamente cassadas pelo poder público estadual, com subsequente lacração do estabelecimento.

Art. 4º A fiscalização e a aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos competentes.

Art. 5º Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, aos 30 de outubro de 2018.

Inácio (Loiola

**Deputado Estadual** 

## **JUSTIFICATIVA**

Em matéria jornalística publicada no BBC News intitulada "Mundo declara guerra ao canudo plástico, vilão do meio ambiente", que ressalta ter o material vida útil, em média, quatro minutos e cerca de 200 anos para decompor. No Brasil, em alguns Estados já tramitam projetos de lei com a finalidade de proibir o fornecimento do canudo plástico em bares, restaurantes, ou demais estabelecimentos comerciais que ofereçam bebidas. Há estudos que apontam grande dano ao meio ambiente, e se levada em consideração a sua relevância, de fato algo que a humanidade pode amenizar, uma vez que não é imprescindível, além de poder ser substituído por materiais de mais rápida degradação que o polipropileno ou poliestireno, materiais que não são biodegradáveis. As medidas legais de proteção do meio ambiente são da responsabilidade dos parlamentos federal e estadual.

O objetivo desta proposta é contribuir, ainda de modo bastante pontual, com a redução de material plástico nocivo ao meio ambiente, além de colocar nosso Estado, com referência no turismo oficialmente na luta contra os "canudos plásticos".

Como o nosso Estado de Alagoas é uma referência no segmento do turismo, a aprovação deste referido projeto é uma contribuição ímpar ao fortalecimento e desenvolvimento do turismo autossustentável na região. Da mesma forma, vai colaborar, e muito, a preservar nossas lagoas e rios tão vitais ao equilíbrio da natureza e à sobrevivência da espécie humana.

Sala das Sessões, em 30 de outubro de 2018.

Deputado Estadual